

CONTINUIDADES DE TIPOS DE VERBOS E SITUAÇÕES E DE FORMAS E CATEGORIAS VERBAIS E TIPOS DE TEXTO¹

LUIZ CARLOS TRAVAGLIA
(Universidade Federal de Uberlândia)

ABSTRACT *In this paper are presented some results of a research about continuities of types of verbs and situations they express and continuities of verbal forms and categories. These continuities represent resources of sequential cohesion by recurrence, in texts of different types, and the research shows that such continuities function as characterizing elements of text types and also have other functions (relevance, focalization, expression of reality/non reality etc.) in the textual-discursive constitution of linguistic sequences, independently of the text type.*

1. INTRODUÇÃO

Em nossos estudos consideramos que um uso do verbo é um fato com natureza textual-discursiva se ele depende de, ou é regulado ou determinado por um dos seguintes fatores:

- 1) a constituição do texto enquanto tal, considerando sua construção para além da frase e sua estruturação enquanto tal, independentemente de sua dimensão, como, por exemplo, qualquer uso que se ligue à superestrutura de algum tipo de texto;
- 2) a relação e interação entre os interlocutores (produtores e recebedores dos textos) em uma situação de comunicação, podendo o fato textual discursivo do verbo resultar: a) de determinações sócio-histórico-ideológicas em formações discursivas que podem ou não ser explicitadas em regras e convenções; b) das intenções dos usuários da língua, o que resulta em todos os fatos de argumentação; c) das imagens que os interlocutores fazem de si, do outro, do assunto (do objeto do dizer) e/ou das imagens que eles julgam que os outros fazem dos mesmos elementos; d) da relação pessoal entre os produtor e recebedor do texto.

¹ Este artigo é constituído por idéias ainda não publicadas de minha tese de doutorado (Travaglia, 1991). Pensamos ser esta a melhor forma de homenagear a Profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch, minha orientadora e amiga, que tanto influenciou minha formação como lingüista.

Por **continuidade** entende-se a permanência de qualquer elemento ou seqüência de elementos do mesmo tipo (aqui, de tipos de verbos e situações e de formas e categorias verbais) no texto como um todo ou em partes dele. Estas continuidades, na verdade, constituem recursos de coesão seqüencial por recorrência (Cf. Koch, 1989). Neste estudo, tratamos das continuidades de tipos de verbos e situações (Cf. Travaglia, 1991: cap. 3) e de formas e categorias do verbo em diferentes tipos² de texto.

Weinrich (1981: cap. VII) refere-se ao fenômeno das continuidades ao falar das transições, vistas como a passagem de um “signo” de um subsistema da língua a outro “signo” do mesmo subsistema. Segundo ele, há uma tendência para transições homogêneas (passagem de um signo para outro da mesma natureza e tipo) que em seu conjunto constituiriam a textualidade de um texto e em sua proeminência caracterizariam tipos de textos (mundo narrado e comentado).

Na pesquisa que resultou neste artigo trabalhamos com oito tipos de textos mais freqüentes em nossa cultura na tipologia definida pela perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer, tendo em vista o conhecer/saber ou o fazer/acontecer e seu modo de inserção ou não no tempo e/ou no espaço (Cf. Travaglia, 1991: cap.2): a) a dissertação presente³; b) as descrições passada e presente, distinguindo ainda entre descrição estática e dinâmica, o que dá quatro tipos de descrição; c) a narração passada e a presente; d) o injuntivo. No corpus trabalhamos com um número variado de textos de cada tipo, procurando garantir a ocorrência de pelo menos cem verbos para cada tipo, não contando os verbos elípticos que são muito numerosos na descrição, principalmente na estática. Nas narrações não foram computados os verbos dos trechos em discurso direto, indireto e indireto livre, a não ser que eles fossem a própria narração ou contivessem partes da narrativa, como acontece com freqüência nas reportagens. As categorias não foram computadas para verbos gramaticais⁴ para os quais as mesmas não se atualizam.

Na análise, usamos três tipos de instrumentos: a) um para fazer o levantamento dos tipos de verbos e situações, que aparecem em cada tipo de texto; b) um para fazer o levantamento referente às formas verbais e a cada categoria verbal, ou seja, que aspectos, modalidades, tempos, vozes e pessoas que aparecem em cada tipo de texto; c) um em que se cruzam os tipos de verbos e situações com as formas verbais e com cada uma das categorias verbais para cada tipo ou subtipo de texto. Esse terceiro instrumento tinha o objetivo de verificar a ocorrência de fatos como o seguinte: se o aparecimento de ações numa descrição estava condicionado, por exemplo, ao verbo que expressa a ação ter um determinado aspecto, modalidade, etc.

² Estamos usando o termo “tipo” num sentido geral para referir qualquer elemento tipológico distinto de outro.

³ A distinção entre descrição, narração e dissertação passada, presente e futura se dá pela relação entre o tempo referencial e o tempo da enunciação (Cf. Travaglia, 1991).

⁴ Cf. Travaglia (1991: cap. 3, 2002 e 2003)

2. AS CONTINUIDADES

2.1. Continuidades de tipos de verbos e situações

Os tipos de verbos utilizados são dados basicamente pelo tipo de situação que expressam. Assim trabalhamos com os verbos⁵: 1) lexicais: a) dinâmicos que expressam situações dinâmicas (com diferença entre duas fases) de ação, de fatos, de fenômenos e transformativos; b) estáticos que expressam situações estáticas (sem diferença entre as fases) de estado e características, constantes e localizadores; 2) gramaticais: a) de relevância; b) marcadores temporais; c) ordenadores do texto; d) marcadores conversacionais; e) de ligação; f) auxiliares (modais, aspectuais, de voz, temporais, semânticos); g) expressões; h) carregadores de categorias com situações indicadas por um nome (sujeito ou objeto).

No que se refere às **continuidades de tipos de verbos e situações**, foram observados os seguintes fatos:

- 1) nenhum tipo de verbo ou situação é exclusivo de nenhum tipo de texto;
- 2) os marcadores conversacionais, como era de se esperar, são característicos de textos orais, aparecendo muito raramente em textos escritos;
- 3) nos textos **dissertativos**, os verbos de situação dinâmica predominam (55,01%). Os estáticos (22,25%) e os gramaticais (22,74%) aparecem equilibrados entre si. Estes números podem ser justificados pelo fato da dissertação comentar sobre todos os tipos de situações. Importa anotar que é nos textos dissertativos que se tem a maior porcentagem de verbos gramaticais. Entre estes cabe registrar que os auxiliares modais aparecem na dissertação numa porcentagem alta (7,33%), se comparada com a dos demais tipos de textos, fazendo dos auxiliares modais uma característica dos textos dissertativos, onde temos auxiliares modais das mais diferentes modalidades, ao contrário da injunção, onde os modais são sempre de modalidades imperativas, sobretudo a obrigação (ter + de + infinitivo) e a prescrição (dever). Também as expressões (ser + adjetivo), os verbos de relevância e os ordenadores do texto parecem ser uma marca dos textos dissertativos;
- 4) nos textos **descritivos** pode-se constatar o seguinte:
 - a) ao contrário do que geralmente se diz, na **descrição estática** predominam os verbos de situação dinâmica (58,37% para a presente e 60,18% para a passada), embora seja neste tipo de texto que se tem a maior porcentagem de verbos estáticos (36,48% para a presente e 36,28% para a passada);
 - b) nas **descrições dinâmicas** o número de verbos de situação dinâmica é quase total: 93,34% para a presente e 90,24% para a passada;
 - c) a grande maioria dos verbos gramaticais que aparecem são de ligação, ou seja, os que relacionam estados e características ou atributos a uma entidade e, portanto, aqueles que se harmonizam com a propriedade básica do texto

⁵ Ver a caracterização dos tipos de verbos e situações em Travaglia, 1991: cap.3

descritivo que é caracterizar. O texto descritivo estático apresenta bem mais verbos de ligação (em torno de 16%) do que o descritivo dinâmico (2,0% o presente e 4,88% o passado). Os demais verbos gramaticais aparecem em quantidades pouco significativas, exceto os auxiliares semânticos que nos textos descritivos dinâmicos passados aparecem com uma porcentagem (4,07%) muito próxima da dos textos narrativos (4,58% para as narrações presentes e 4,45% para as passadas), o que parece se dever às descrições narradoras que propusemos em Travaglia (1991);

- 5) nos textos **narrativos** pode-se constatar o seguinte:
 - a) os verbos de situação dinâmica predominam (80%), enquanto o número de verbos estáticos é reduzido (média de 2,2% entre narração passada e presente) e aparecem sempre em trechos de pano de fundo (descritivos) ou de comentário (dissertativos);
 - b) os verbos gramaticais, como nos textos dissertativos, aparecem em uma porcentagem alta (média de 17%). Percebe-se que cresce a porcentagem de marcadores temporais (média de 1,69%), o que é coerente com a perspectiva temporal em que o produtor do texto se coloca na narração. Essa perspectiva justifica também o crescimento da porcentagem de auxiliares aspectuais (média de 4,07%), que se relacionam com a estrutura temporal interna das situações (Cf. Travaglia, 1981). Pela necessidade de dar nuances de realização das situações, os auxiliares semânticos (média de 4,52%) ocorrem mais do que nos demais tipos de texto, embora nos dissertativos (3,67%) e nas descrições dinâmicas passadas (4,07%) esses auxiliares ocorram quase com mesma frequência;
- 6) nos textos **injuntivos** o predomínio dos verbos de situação dinâmica é total (90%), o que se explica pelo fato de que a injunção é sempre o incitamento para que algo seja feito, portanto para que uma situação dinâmica (sobretudo ações) seja realizada. Os estáticos só aparecem como estados que levam à realização de ações para modificá-los ou são causa para o cessar de realizar uma situação ou são parte das condições para realizar uma situação dinâmica.

Observa-se que os subtipos dos verbos dinâmicos e estáticos seguem, para a maioria dos textos, uma escala correspondente à sua frequência e/ou quantidade na língua: a) ações > fatos > transformativos e fenômenos; b) estados > constantes > localizadores. O mesmo se verifica para os grandes tipos de verbos: dinâmicos > estáticos > gramaticais.

É interessante registrar que, em cada tipo de texto, aparecem ou podem aparecer verbos ligados à situação enunciativa a qual cria o tipo de texto em questão, uma vez que consideramos que cada tipo de texto resulta de um tipo ou modo de interação específico. Assim temos: a) na **descrição** aparecem verbos ligados à visão (ver, perceber, notar, observar, admirar, avistar – todos em seu sentido “sensorial”) já que ela instaura o “voyeur”; b) na **narração**, em que o receptor é o assistente e o produtor é o contador aparecem verbos como: presenciar, assistir, ver (tudo/o que acontecer/sucedo/ocorrer), contar, relatar, falar/dizer (tudo/o que

acontecer/sucedendo/ocorrer), narrar; c) já na **dissertação**, onde se instaura o ser pensante, que raciocina, temos verbos como: pensar, saber, parecer, etc.; d) na **injunção**, os verbos ligados à situação enunciativa aparecem mais no discurso indireto. Lembrando que na injunção o produtor é o que incita ao fazer, ao realizar uma situação e o receptor é o potencial executor, temos verbos performativos na primeira pessoa do singular, tais como: mandar, ordenar, determinar, pedir, suplicar, sugerir, recomendar, etc.; verbos auxiliares modais marcadores de modalidades imperativas (dever/ ter que ou de/precisar/obrigar a, etc. + infinitivo) ou verbos volitivos em orações principais (desejar, querer).

2.2. Continuidades de categorias e formas do verbo.

Em nossa pesquisa calculamos sempre duas porcentagens de atualização para cada categoria (X%/Y%). A primeira (X%) representa a porcentagem de atualização da categoria em relação ao total dos verbos presentes nos textos de cada tipo e que, potencialmente, podiam ter a categoria atualizada. A segunda (Y%) representa a porcentagem de atualização de uma distinção da categoria em relação ao total de verbos que tiveram aquela categoria atualizada, ou seja, para os quais a categoria foi realmente marcada. Podemos citar uma ou outra ou as duas, conforme a necessidade da análise. Se aparecerem as duas é na ordem acima indicada.

2.2.1. Continuidades de aspecto⁶

Os resultados de nossa pesquisa mostraram que há três grupos de tipos de textos que se caracterizam pelas continuidades de aspecto: a) a dissertação e a descrição; b) a narração e c) a injunção.

A **dissertação** e a **descrição** são caracterizadas pelos aspectos imperfeito, começado e cursivo, cuja menor porcentagem Y de ocorrência foi de 98,75%. Os poucos casos de perfeito e acabado que aparecem (média de 1%) são de pequenos trechos narrativos inseridos. Assim, pode-se dizer que o imperfeito, o começado e o cursivo caracterizam a dissertação e descrição com uma continuidade de 100%, exceto se há inserção de outro tipo ou intercâmbio com outros tipos. Estes aspectos se correlacionam diretamente com as propriedades da descrição de dizer como é algo, e da dissertação de dar a conhecer os elementos por meio de análise e síntese de representações conceituais, portanto vê-se o elemento descrito “de dentro” em suas partes que é o que faz o imperfeito, ao contrário do perfeito que apresenta as situações em sua globalidade.

No que diz respeito aos aspectos caracterizados pela duração observa-se que na **dissertação** a quase totalidade das situações (Y= 88,39%) tem aspecto indeterminado (duração ilimitada contínua) ou habitual (duração ilimitada descontínua), o que se relaciona com a propriedade da dissertação de abstração do tempo. Já a **descrição**

⁶ Trabalhamos com o quadro de aspectos proposto em Travaglia (1981).

apresenta um quadro que leva a distinguir **dois tipos de descrição**: a) a **narradora** ou **de narração** que se aproxima de características da narração, sendo sempre uma descrição que se refere a uma única instância ou exemplar do elemento objeto da descrição. Neste tipo de descrição predominam os aspectos de duração limitada (durativo e iterativo) (Y=85,25%); b) a **comentadora** ou **de comentário** que se aproxima de características do comentário ou dissertação, sendo uma descrição que se refere a uma classe de elementos que constituem o objeto da descrição. Aqui predominam os aspectos de duração ilimitada (indeterminado e habitual) (Y=96,20%), como na dissertação.

A **narração** é caracterizada pelo aspecto perfectivo (Y= 81,75% para a narração presente e 74,67% para a passada). Este aspecto apresenta as situações em sua globalidade, completas, de fora, o que se relaciona com a propriedade da narração de dizer o que acontece com uma espécie de distanciamento que permite ver a situação em sua globalidade, em seu todo. Pareceria que estas porcentagens não autorizassem concluir que o perfectivo caracteriza a narração. Acontece que os 18,25% e 25,33% de imperfectivo que aparecem, ocorrem sempre em trechos descritivos de pano de fundo da narrativa e não nos trechos narrativos propriamente ditos. Nestes o perfectivo aparece em 100% das situações. Quanto aos aspectos caracterizados pela duração observa-se um predomínio dos aspectos de duração limitada (durativo e iterativo) ou de não-duração (pontual) (média de 90,08%) contra uma média de 9,92% dos aspectos de duração ilimitada que aparecem em trechos de pano de fundo (portanto descritivos). Assim os aspectos de duração limitada ou não duração são característicos da narração.

Quanto à **injunção**, observa-se que ela é marcada pela não-atualização do aspecto, o que era de se esperar tendo em vista as modalidades que a caracterizam (Cf. item 2.3.2), que são modalidades com as quais os aspectos são incompatíveis e não se atualizam (Cf. Travaglia, 1981: item 10.3). Os poucos casos de aspecto atualizado, ocorrem em trechos de outros tipos inseridos na injunção e sempre de verbos de estado.

2.2.2. Continuidades de modalidade

A **dissertação** é o tipo de texto com maior gama de modalidades atualizadas. Como a dissertação é o tipo de texto do conhecer conceitual era de se esperar o predomínio das modalidades epistêmicas, o que realmente se verificou: certeza (Y=83,70%) e probabilidade (4,08%) num total de 87,78%. Aparecem também modalidades que constituem propriedades daquilo de que o texto dissertativo trata como algo analisável e objeto do dizer em um texto desse tipo: obrigatoriedade, permissibilidade, necessidade e possibilidade (esta última com Y=10,37%). Estas últimas modalidades geralmente vêm atualizadas por meio de expressões do tipo “ser + adjetivo (obrigatório, permitido, necessário, possível). Modalidades imperativas (ordem, obrigação, permissão, proibição, prescrição) e a volição aparecem pouco e quando isto acontece geralmente são referidas em conjugação com a certeza muitas vezes por uma expressão (Exemplo: *É aconselhável* que você não vá a esse encontro – prescrição).

Quanto à **descrição** observa-se que suas modalidades características são as epistêmicas (certeza e probabilidade), o que era de se esperar, uma vez que a descrição é o tipo de texto do conhecer “visual”. No corpus, a certeza teve predomínio quase absoluto (Y=99,4%).

As modalidades epistêmicas são características também na **narração**. Aqui também houve um predomínio praticamente absoluto da certeza (Y= 99,4% de média entre narração presente e passada).

Podemos dizer que a **injunção** tem como modalidades características as imperativas (obrigação, permissão, ordem, proibição, prescrição), a volição e a necessidade (esta quando implica uma obrigatoriedade de realizar a situação). Estas modalidades caracterizam a injunção, distinguindo-a, enquanto tipo, da descrição, dissertação e da narração que têm as modalidades epistêmicas como característica comum. No corpus analisado houve o predomínio da prescrição (Y=86,51%) devido o tipo dos textos analisados: manuais de instrução, receitas, horóscopo. Outras modalidades que não as imperativas, a volição e a necessidade que aparecem nos textos injuntivos ocorrem em trechos descritivos, dissertativos ou narrativos inseridos na injunção sobretudo nas partes da superestrutura que chamamos de elenco ou descrição e justificativa (Cf. Travaglia, 1991 e 1992).

2.2.3. Continuidades de tempo

Ao estudar as continuidades de tempo (categoria do verbo) consideramos a possibilidade de marcação de seis distinções temporais no Português: passado, passado até o presente, presente, presente para o futuro, futuro e onitemporal, além da não marcação de tempo.

Na **dissertação**, apareceram todos os tempos com exceção do “presente até o futuro”. Todavia a predominância é do onitemporal (X=67,85% e Y= 86,83%), o que está de acordo com a propriedade discursiva desse tipo de texto: enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo. Em segundo lugar, temos os não-marcados (X=21,86%). A marcação temporal de presente até o passado aparece na dissertação e só nela, pois não detectamos exemplos dessa marcação temporal em outros tipos de texto, no corpus ou fora dele. O passado, presente e futuro que aparecem, geralmente têm papel na ordenação textual.

No que diz respeito à **descrição**, observa-se que, na descrição comentadora presente (estática ou dinâmica), temos o onitemporal em 100% dos verbos para os quais o tempo foi atualizado. Já para a descrição estática passada de comentário e para a descrição dinâmica passada de narração, temos o passado em 100% dos verbos para os quais o tempo foi atualizado. Há fortes evidências de que temos o mesmo para a descrição dinâmica passada de comentário, é preciso todavia fazer a análise quantitativa para este subtipo. Assim, pois, pode-se levantar a hipótese de que o tempo para a descrição será dado sempre pela relação entre o tempo referencial e o da enunciação: passado para as descrições passadas, onitemporal para as descrições presentes de comentário, presente para as descrições presentes de narração e futuro para as

descrições futuras. Isto precisa ser comprovado para os subtipos de descrição com os quais não trabalhamos na pesquisa, devido a sua raridade em nossa cultura.

Na **narração** o tempo predominante será dado pela relação entre o tempo referencial e o da enunciação que dá as narrações passada, presente e futura. Assim na narração presente o tempo predominante é o presente (Y=85,65%), enquanto na narração passada é o passado (Y=98,50%). Apesar do pequeno número de narrações futuras no corpus (apenas quatro textos) pode-se afirmar que o predomínio é do futuro com quase 100% das ocorrências de tempo. Observamos que o passado na narração presente aparece sobretudo nas narrações do chamado “presente histórico” (acontecimentos passados narrados como presentes (12,56%) e menos nas narrações presentes simultâneas aos acontecimentos. Nos dois casos o passado pode ter uma de duas funções: a) marcar anterioridade⁷; b) fazer “flashback”. Nessas narrações passadas o futuro tem a função de marcar posterioridade. Na narração passada aparece o presente (Y= 1,5% no corpus) com a função de indicar relevância marcando acontecimentos como de maior dramaticidade e/ou com maior envolvimento emocional.

Na **injunção** o tempo característico é o futuro (Y=100%), não importando a forma (imperativo, futuro do presente, presente do indicativo etc.) em que o verbo aparece.

Observa-se que as continuidades de tempo têm a ver com os subtipos textuais dados pela relação entre o tempo da enunciação e o tempo referencial. Como na injunção só há uma relação possível, temos sempre o futuro.

2.2.4. Continuidades de pessoa

A terceira pessoa foi dominante em todos os tipos de textos, para o corpus analisado, o que pode levar à conclusão de que a categoria de pessoa não distingue tipos de textos uns dos outros. Todavia cabem algumas considerações.

Na **dissertação**, em virtude da busca de objetividade por razões argumentativas, observa-se uma tendência para usar pessoas que dêem a impressão de máxima objetividade, afastando a imagem do produtor do texto, do enunciador. Temos então, sobretudo, a terceira pessoa e a primeira do plural em passagens em que o produtor se inclui naquilo de que fala, ou então em trechos em que o produtor do texto usa o que se convencionou chamar de “plural de modéstia”. A primeira pessoa do singular (e também a segunda) parece que podem ocorrer na dissertação apenas com verbos ligados à situação enunciativa (Cf. final de 2.1) na introdução da dissertação ou de trechos dela: eu (tu/vós) sei (sabes/sabeis), penso, acho, etc.

Na **descrição**, a pessoa predominante é também a terceira, porque normalmente o produtor do texto descreve algo diferente de si mesmo e do seu interlocutor. Mas podemos ter a primeira pessoa predominando se o produtor do texto descrever a si mesmo e a segunda, se o produtor descrever o interlocutor para este. Como estas situações são raras, também o são as descrições em primeira e segunda pessoas, que tendem a aparecer apenas na linguagem oral. Assim não se pode dizer que a terceira

⁷ A marcação de anterioridade e posterioridade são funções textuais ligadas à seqüenciamento/ordenação de situações.

pessoa caracteriza a descrição, como o faz com a dissertação, pois a predominância da terceira na descrição é resultado do que se descreve e não de uma propriedade discursiva do tipo de texto. Assim sendo, parece que a pessoa predominante na descrição depende de para onde o produtor do texto dirige seu foco: para si mesmo, para seu interlocutor ou para algo distinto dos interlocutores. Seria assim uma focalização global do texto. A primeira pessoa aparece na descrição não só pela focalização feita, podendo ocorrer ainda pelas seguintes razões: a) com verbos relacionados à situação de enunciação (Cf. final de 2.1), introduzindo a descrição; b) com verbos localizadores, com o produtor considerando-se na localização dada; c) em trechos de caráter mais dissertativo, quase sempre em orações subordinadas adjetivas (que têm a propriedade de inserir um tipo no outro) com o verbo na primeira do plural (Cf. o que dissemos neste item ao falar da dissertação).

Também a **narração** não tem uma pessoa verbal característica. A pessoa que predomina na narração está diretamente ligada ao ponto de vista do produtor do texto, do narrador: a) se o ponto de vista é interno, predomina a primeira pessoa; b) se é externo, predomina a terceira pessoa, como na maioria das narrações do corpus; c) às vezes, temos uma combinação dos dois pontos de vista e aí alternam-se primeira ou terceira pessoas, conforme tenhamos um ou outro ponto de vista. É possível uma narração na segunda pessoa. Ela ocorreria numa situação em que, por alguma razão, o narrador contasse a seu interlocutor algo que aconteceu com este. Por exemplo, porque ele não se lembra de algo que fez uma vez que estava bêbado. Esse tipo de narração é raro. Pode-se dizer que o ponto de vista narrativo tem a ver com a focalização, na medida em que o produtor do texto se identifique com um narrador que focaliza acontecimentos ocorridos com ele (1ª pessoa) __ ponto de vista interno __ com seu interlocutor (2ª pessoa), ou com alguém distinto dos interlocutores (3ª pessoa) __ ponto de vista externo.

Na **injunção**, para os textos analisados houve um predomínio da terceira pessoa gramatical (na verdade, a segunda pessoa do discurso com o tratamento “você”, que leva o verbo para a terceira pessoa gramatical). Todavia, este fato se deve mais à modalidade de prescrição que predominou nestes textos. Com isto, estamos postulando que as pessoas verbais que aparecem na injunção estão ligadas mais às modalidades que as caracterizam do que a outro fator, caracterizando assim subtipos de injunção. Quando a injunção é caracterizada pelas modalidades de “**ordem**” e “**prescrição**”, temos sobretudo a segunda pessoa do singular ou plural (tu e vós) ou a terceira do singular ou plural (com você e vocês, portanto, na verdade, uma segunda pessoa do discurso). A primeira pessoa do plural pode aparecer com a prescrição em textos em que o produtor se inclui entre os que vão realizar a situação a cuja realização se incita no texto injuntivo (Exemplo: “Companheiros, aprovemos esta lei! Acabemos com os casuísmos eleitorais!). Portanto, há uma restrição discursiva a que alguém dê ordens ou faça prescrições a si mesmo visto como o “eu” do discurso. A gramática leva em conta este fato não estabelecendo, por exemplo, uma forma da primeira pessoa do singular no imperativo. Com as modalidades de “**obrigação**”, “**permissão**”, “**proibição**” e “**necessidade**” temos a primeira pessoa do singular ou plural para a injunção. Com a “**volição**” podemos ter a primeira (do singular ou plural) ou a terceira (do singular ou

plural). Neste último caso parece sempre haver, subtendido, um performativo de volição na primeira pessoa do singular (Compare: a) Que ele **consiga** o emprego!/b) **Desejo** que ele consiga o emprego).

A partir do registrado aqui, pode-se dizer que as continuidades de pessoas são resultado, nos diferentes tipos de texto, da atuação de diferentes fatores discursivos.

2.2.5. Continuidades de voz

Trabalhamos com as seguintes distinções de voz: ativa, passiva, reflexiva, medial e voz não-marcada. A análise das vozes revelou que nenhum dos tipos é caracterizado por alguma voz, ou seja, não há uma relação de interdeterminação entre tipos e subtipos textuais e as vozes verbais. Assim, pode-se afirmar que motivações discursivo-textuais para o uso da voz não estão ligadas a questões tipológicas. A voz ativa é sem dúvida a mais freqüente em todos os tipos de texto com a menor porcentagem para a descrição dinâmica presente de comentário ($Y=77,95\%$) e a maior para a injunção ($Y=98,05\%$). Portanto todas as vozes aparecem em todos os tipos de textos, não havendo especialização de nenhuma delas para nenhum tipo. A injunção, todavia, por trazer determinação para realização de ações, mantém uma clara preferência pela voz ativa, mais compatível com tal determinação.

2.2.6. Continuidades de formas verbais

O que se observa é que o uso das formas verbais está condicionado pelas categorias do verbo que cada forma atualiza, em função dos papéis que essas categorias podem ter na constituição e funcionamento discursivo do texto, portanto em relação com as propriedades discursivas que distinguem cada tipo de texto. Desse modo, as continuidades de formas verbais estão ligadas às continuidades de categorias em sua relação com propriedades discursivas de cada tipo de texto. Além disso, o uso das formas verbais e seu conseqüente aparecimento nos textos depende de funções de cada categoria que a forma expressa, funções estas ligadas à ordenação de situações, à concordância, à relevância, à indicação de realidade e irreabilidade, à progressão, à organização de situações, etc. (Cf. Travaglia–1991: capítulo 4). A pesquisa revelou muitos fatos interessantes a este respeito, mas por limitações de espaço, a seguir, expomos apenas as continuidades fundamentais de formas verbais para cada tipo de texto, sem nos estendermos no comentário de várias possibilidades de ocorrência, valores e funções de outras formas.

Na **dissertação presente**, a forma verbal predominante é o presente do indicativo (64,40%), porque com ele tem-se os aspectos imperfectivo, começado, cursivo e indeterminado ou habitual, o onitemporal, a modalidade de certeza. As modalidades de obrigatoriedade, permissibilidade e a possibilidade aparecem marcadas por auxiliares ou expressões no presente do indicativo. Ou seja, tem-se as categorias características da dissertação presente. Os pretéritos imperfeitos, perfeito e mais-que-perfeito do indicativo que apareceram nas dissertações presentes do corpus ocorreram sempre em trechos (às vezes orações) narrativos inseridos e funcionam como tempos retrospectivos

da dissertação, o que se evidencia nas ordenações referenciais pelo tempo. Estes pretéritos funcionam como forma verbal básica na **dissertação passada**, que é rara em nossa cultura. Já dissemos que o pretérito perfeito composto do indicativo (ter no presente do indicativo + particípio) é forma característica da dissertação marcando tempo “passado até o presente”. WEINRICH (1968: 129) diz que esta forma é o tempo da retrospectiva do mundo comentado.

O futuro do presente pode aparecer na dissertação presente, em trechos preditivos, ou seja, de dissertação futura inseridos ou apenas para marcar posterioridade. O futuro do presente deve ser o tempo básico da dissertação futura. Isto é uma hipótese a verificar, mas parece difícil a montagem de um corpus para fazê-lo, pois, até onde pudemos observar, parece que a dissertação futura só ocorre em pequenos trechos, quase sempre com a dimensão de uma única oração ou frase, sendo, pois, mais um tipo teórico do que natural no Português.

O futuro do pretérito aparece na dissertação para marcar a situação como provável hipotética, portanto não realizada no tempo de um ponto de referência, que pode ser outra situação (a cuja realização a situação no futuro do pretérito quase sempre está condicionada), o momento da fala ou outro momento dado. Dessa forma, o uso do futuro do pretérito na dissertação se liga à indicação da irrealidade da situação. Para WEINRICH (1968), o futuro do pretérito no comentário é uma metáfora temporal de validade limitada. O que estamos propondo é que essa validade limitada é derivada de um valor de irrealidade que nasce do valor básico de marcador de posterioridade do futuro do pretérito (Cf. Travaglia, 1991: item 5.3.4). Não encampamos a idéia de metáfora temporal porque a validade limitada ocorre mesmo na narração.

As formas verbais do subjuntivo aparecem na dissertação, marcando sempre possibilidade, probabilidade, hipótese, dúvida e, derivada daí, às vezes também irrealidade. Todavia o uso do subjuntivo às vezes obedece a um jogo sutil entre certeza de um lado e probabilidade e possibilidade de outro, associado ainda a um jogo entre realidade e irrealidade. A probabilidade ou possibilidade que motivou o uso do subjuntivo, mesmo com um certo valor de certeza, pode ser, por exemplo, de um enunciador e não de outro para o qual a situação é vista como certa. Temos então um caso de polifonia. Isto é exemplificado pelas orações com “embora”, em que a certeza e realidade de dada situação não é aceita pelo enunciador-locutor, mas é aceita pelo seu interlocutor. Às vezes a situação tem status factual de certa e/ou real num contexto, mas de apenas provável ou irreal em outro. Todos estes fatos sobre o uso do subjuntivo parecem ser válidos também para a descrição e a narração. É preciso fazer um estudo detalhado sobre as motivações de uso do subjuntivo, incluindo a hipótese que acabamos de levantar em seus desdobramentos e detalhes.

Observa-se que, depois do presente do indicativo, as formas nominais são as mais freqüentes na dissertação: 26,30% (infinitivo + gerúndio + particípio). O infinitivo é a mais freqüente de três (55,29%), seguida do gerúndio (24,71%) e do particípio (20%). O infinitivo apareceu, na maioria das ocorrências, formando orações subordinadas substantivas, sobretudo subjetivas, objetivas e completivas nominais, o que se justifica, por fazer a análise, avaliação etc. de situações dentro da dissertação. Um número bem menor de infinitivos aparece com preposições, formando orações subordinadas

adverbiais finais ou temporais, uso do infinitivo comum também na descrição, narração e injunção. O gerúndio aparece sempre fornecendo informação subsidiária, secundária sobre uma outra situação no presente do indicativo, quase sempre o modo de realização desta, seu resultado, causa, etc. Já o particípio quase sempre constitui uma oração reduzida subordinada adjetiva, com o verbo na voz passiva. Se o valor é de presente, esta oração é dissertativa, se é passado, a oração é narrativa. No segundo caso, o particípio é sempre um estado que caracteriza algo ou alguém no texto e é resultante da situação narrada (Cf. Travaglia, 1981: item 3.3) já realizada. Vê-se pois, que as formas nominais, excetuando o infinitivo quando forma orações subordinadas substantivas, expressam informações secundárias, o que tem relação com o fenômeno de relevância (Cf. Travaglia, 1991: 4.2.2.2). É preciso fazer um estudo quantitativo dos papéis de cada forma nominal apontados acima, verificando se há outros papéis além dos que apareceram no corpus analisado.

Nas **descrições presentes**, a forma verbal predominante é o presente do indicativo, enquanto nas **descrições passadas** é o pretérito imperfeito do indicativo, exatamente porque estas formas expressam as categorias de aspecto, modalidade e tempo características destes subtipos de descrição. Pode-se propor a hipótese de que o futuro do presente será a forma característica da **descrição futura**, mas isto tem que ser verificado em um corpus de descrições futuras que, todavia, parecem, como a dissertação futura, ocorrer apenas em pequenos trechos e, portanto, também ser um tipo mais teórico do que natural no Português.

Em Travaglia (1987), dissemos que, na descrição passada com o pretérito imperfeito do indicativo, o produtor do texto apresenta as características sem se comprometer com sua validade para o momento da enunciação, ou seja, com sua realidade neste momento. Já na descrição presente, com o presente do indicativo, o produtor se compromete com sua validade, sua realidade no momento da enunciação.

Ao lado do presente e do pretérito imperfeito do indicativo, as formas verbais mais freqüentes na descrição são as formas nominais, sobretudo o particípio e o gerúndio, este mais na descrição dinâmica. O particípio aparece por vezes como verbo, mas principalmente como adjetivo, indicando atributos ou estados que seriam resultado de uma situação realizada. O particípio adjetivo é característico apenas da descrição e particularmente da descrição estática, pois, quando aparece na descrição dinâmica, ocorre em passagens de descrição estática. O gerúndio, que aparece mais na descrição dinâmica (média de 20,39%) e menos na estática (média de 6,55%), normalmente indica modo ou detalhes de características dadas por verbos dinâmicos no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo. O gerúndio, portanto, dá informação secundária ligada a informação essencial ou principal. O infinitivo comporta-se exatamente como na dissertação: excetuando casos em que o infinitivo tem um auxiliar subtendido, ele aparece em orações subordinadas substantivas (subjativas, objetivas e completivas nominais) ou em orações subordinadas adverbiais de fim, modo ou tempo nesta ordem de freqüência, pelo menos no corpus. Pode-se afirmar que, também nas descrições, as formas nominais veiculam informações secundárias.

Na **narração presente**, a forma básica é o presente do indicativo (66, 67%); na **narração passada**, as formas básicas são os pretéritos perfeito e mais que perfeito do

indicativo (61,52%). Na **narração futura**, temos a hipótese de que é o futuro do presente a forma básica. Além do futuro do presente, podemos ter formas perifrásticas como as de “ir (no presente do indicativo) + infinitivo”. A narração progride através dessas formas básicas.

Na **narração presente**, os pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito do indicativo podem aparecer marcando o passado, que, como já visto em 2.2.3, tem a função de fazer “flashback” e/ou marcar anterioridade. Com os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito a narrativa progride. O pretérito imperfeito, tanto na narração presente quanto na passada, é usado para constituir trechos de pano de fundo. O presente do indicativo aparece na **narração passada**, como vimos em 2.2.3, marcando tempo presente com a função de relevância, marcando trechos de grande dramaticidade e envolvimento emocional.

Já vimos que o futuro do pretérito ocorre na narração para marcar posterioridade e, por isso, situação não realizada no momento do tempo referencial (aqui tempo da história), em relação com o tempo do texto, em que a situação é referida. Sua ocorrência em narrações presentes está condicionada a ser uma narração de presente histórico e não uma narração presente simultânea.

O imperativo não aparece na narração, a não ser em trechos de fala que são injuntivos. Todavia, registramos duas ocorrências de imperativo afirmativo. Elas apareceram em textos diferentes, mas em situações semelhantes com o mesmo verbo marcador conversacional: a) “De repente, **olhe** o tuim na varanda!”; b - “Dez minutos depois, **olha** o menino de volta todo sem **graça**.”.

As formas do subjuntivo aparecem na narração, tal como na dissertação e na descrição, para marcar possibilidade e probabilidade (incluindo hipótese e dúvida) e às vezes irrealidade. Portanto, parece que o uso das formas do subjuntivo não está condicionado a tipos textuais, mas à indicação de irrealidade através das modalidades de possibilidade, probabilidade e volição.

No que diz respeito às formas nominais, nota-se que, em conjunto, elas ocupam o segundo lugar em quantidade: 22,77% na narração presente e 18,81% na narração passada, com predomínio do infinitivo seguido do gerúndio e do particípio. Tal como na dissertação e na descrição, as formas nominais veiculam informações secundárias. O infinitivo acompanhado de preposição pode indicar tempo, modo ou fim, ou então o infinitivo forma orações subordinadas substantivas, geralmente completivas (de nome ou de verbo). O gerúndio indica situação que marca o momento de ocorrência de outra, sua causa, resultado ou que é simultânea a outra ou constituinte da outra. No caso do gerúndio marcar situação simultânea a outra no presente ou no pretérito perfeito ou mais que perfeito do indicativo, esta fica em primeiro plano e a situação no gerúndio em segundo plano. O particípio, quando não constitui voz passiva com o auxiliar elíptico, pode indicar causa ou tempo de outra situação vista como principal. Esta forma quase sempre indica um estado resultante de algo acontecido (que é a situação narrada).

Finalmente, temos as continuidades de formas na injunção. Como a **injunção** é o tipo de texto que é dado pelo modo de interlocução caracterizado basicamente pelas

modalidades imperativas, a volição e a necessidade, as formas que são básicas são aquelas que podem veicular tais modalidades, a saber:

1) a - o presente do indicativo de sujeito indeterminado com o pronome se ou com o pronome você. Nestes casos é como se tivéssemos o auxiliar modal “dever” no presente do indicativo, subentendido, dando a modalidade de prescrição.

b) o presente do indicativo de auxiliares modais que expressam as modalidades imperativas e volitiva: dever, ter de/que, ordenar, desejar, proibir, permitir, obrigar, etc.; ou de expressões (é preciso).

O presente do indicativo pode aparecer em textos injuntivos, em descrições ou dissertações que compõem as partes chamadas “descrição” e “explicação” de sua superestrutura.

2) o futuro do presente, que também pode aparecer em textos injuntivos simplesmente marcando posterioridade.

3) o imperativo, que foi a forma usada na maioria dos textos analisados, daí a maior porcentagem registrada para essa forma: 46,10%.

As formas do subjuntivo aparecem para marcar probabilidade e possibilidade, normalmente em trechos não injuntivos (descritivos, dissertativos ou narrativos).

4) o infinitivo com modalidades imperativas. Isto explica a alta porcentagem dessa forma nominal (35,71%).

Nem todos os infinitivos usados nos textos injuntivos têm esse valor modal de prescrição. Temos o infinitivo indicando modo, fim ou formando orações substantivas tal como nos outros tipos de textos. O gerúndio aparece indicando sempre o modo de realizar uma ação, que é expressa em uma das quatro formas básicas acima com modalidades imperativas ou volição ou necessidade. O particípio, quando ocorre, parece ser sempre para indicar um estado resultante de uma ação realizada antes da situação, em que será utilizado o elemento cujo estado é dado pelo particípio. Marca, pois, anterioridade.

Nos **textos preditivos** predominam as formas verbais que expressam o tempo futuro: futuro do presente, futuro do subjuntivo, ir ou haver (no presente do indicativo) + infinitivo.

Finalmente é preciso ressaltar mais uma vez que as continuidades registradas neste artigo são válidas para os tipos e subtipos analisados. Para a dissertação passada e futura, para a descrição e narração futuras e para alguns subtipos de descrição em termos de comentadora e narradora, apenas levantamos hipóteses que precisam ser verificadas por estudos que tratem especificamente desses casos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso registrar que este artigo é uma apresentação muito sumária e em linhas gerais dos fatos observados, pois, pela limitação de espaço, tivemos que deixar de apresentar tanto um bom número de informações importantes que representam detalhes

sobre as continuidades estudadas, quanto qualquer exemplificação. Esperamos que o resumo permita a percepção clara da importância e validade geral dos fatos observados.

BEAUGRANDE E DRESSLER(1981) afirmam que a continuidade semântico-conceitual é um elemento importante nos textos para o estabelecimento da coerência. Nosso estudo parece evidenciar que não apenas a continuidade no plano semântico é importante para a coerência, mas também a continuidade no plano gramatical.

Como se pôde observar o estudo detectou diversas correlações entre tipos de verbos e situações, formas e categorias verbais e as funções e propriedades discursivas de cada tipo de texto, revelando uma harmonização numa relação de mão dupla em que os elementos relacionados se interdeterminam na constituição discursiva do texto.

Todas as colocações feitas em 2.1 e 2.2 confirmam a proposição de que, para caracterizar um tipo, não é suficiente levantar-lhe as marcas, mas é preciso correlacioná-las com propriedades daquele tipo de discurso e texto. Portanto os elementos apresentados como caracterizadores de tipos de texto devem ser vistos nesta ótica.

O estudo constatou ainda que, além das funções ligadas à caracterização de tipos de textos, os tipos de verbos e situações e as formas e categorias verbais em sua continuidade ou não continuidade exercem diferentes funções: marcação de relevância, indicação de realidade e irrealidade, ordenação de elementos dentro dos textos e ordenação referencial de situações, organização de situações, estabelecimento de concordâncias diversas, estabelecimento da progressão do texto, além de outras. Tudo isto revela a importância do verbo, bem como de suas formas e categorias na constituição e funcionamento dos textos e dos tipos de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. (1981). *Introduction to text linguistics*. Londres/New York: Longman.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. (1989). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (1981). *O aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1981 (1ª ed.), 1996 (3ª ed.).
- _____. (1987). "O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no Português" in *Cadernos de Estudos Lingüísticos* nº 12. Campinas, UNICAMP/IEL, 1987: 61-98.
- _____. (1991). *Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil*. Campinas: IEL/UNICAMP, tese de doutorado. 330 + 124 pp.
- _____. (1992). "A superestrutura dos textos injuntivos" in *Estudos lingüísticos/XXI anais de seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - Vol.II*. Jaú, Fundação Educacional Dr. Raul Bauab/GEL-SP, 1992: 1290-1297.
- _____. (2002). "Verbos gramaticais – verbos em processo de gramaticalização" in TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramaticalização de verbos – Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UF RJ, Relatório de Pós-Doutorado em Lingüística, 2002. (56 pp.)
- _____. (2003). "Verbos gramaticais – verbos em processo de gramaticalização" (2ª versão). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: Inédito. (63 pp.).
- WEINRICH, Harald. (1981). *Lenguaje en textos*. Madrid: Gredos.